

RADIO JORNALISMO

RETÓRICA E VINCULAÇÃO SOCIAL



Kátia Castro
Mozahir Salomão Bruck

intermeios

Capítulo 3

Radiojornalismo e informação no rádio

O rádio inaugurou a era da informação eletrônica. Fez surgir também a condição do “vivo”, instituindo a noção da notícia em tempo real. Essa nova ordem no tempo e encurtamento do espaço criou para o público a possibilidade de receber a notícia e as informações divulgadas pelo rádio de maneira imediata, instantânea. Mas, no início, o rádio não tinha uma linguagem própria para tratar o jornalismo, o que fez com que as emissoras de rádio ficassem presas à lógica da distribuição espacial da notícia impressa dos jornais.

Eduardo Meditsch¹² assinala que nos primórdios da radiodifusão os locutores de rádio liam as notícias diretamente dos jornais, porém os títulos eram praticamente gritados – a forma encontrada para destacá-los do texto que trazia, a seguir, o conteúdo informativo. Como as notícias eram lidas diretamente do jornal, a veiculação das notícias obedecia à lógica do jornalismo impresso, ou seja, além do texto em si – redigido para ser lido em um jornal – os locutores seguiam a hierarquização espacial na distribuição das notícias e informações pelas páginas dos diários.

A constituição de uma linguagem própria para o jornalismo no rádio brasileiro deu-se a partir da importação de modelos de noticiários produzidos em outros países da América Latina e os Estados Unidos, com uma adaptação para o rádio brasileiro que já no início da década de 1930 atingia uma razoável, mas ainda contida popularidade.

12. Cf. texto “A nova era do rádio: o discurso do radiojornalismo enquanto produto intelectual eletrônico” (1999).

O noticiário Repórter Esso, que foi ao ar pela primeira vez em 1941, foi um marco para a linguagem do jornalismo no rádio brasileiro. Além de criar uma cultura da "notícia de última hora" (já prevalecendo no rádio as características de imediatismo e instantaneidade, os redatores do Repórter Esso inovaram ao produzir um novo tipo de texto, formulado agora para propiciar uma locução de impacto). Refém até então de uma origem tutelada pelo jornalismo impresso, o rádio começou a tentar construir seus próprios caminhos. Percebeu-se um meio que tinha uma linguagem própria para divulgar a notícia que, por sinal, teria que ser elaborada de maneira bem distinta daquela do jornalismo impresso. Foi preciso que o rádio se habilitasse e buscasse uma correta entonação da voz; a pausa e o ritmo adequados... Se o texto é fundamental, assim como a precisa abordagem do conteúdo, no rádio, tudo isso parece sem efeito sem uma locução eficiente. O rádio é voz, respiração, oxigênio. É sangue e emotividade. É visceral por natureza. Coube ainda aos precursores do radiojornalismo enfrentar desafios como o da criação para o público do hábito de receber a notícia não mais impressa, estática em uma página de jornal, mas agora fluida, dinâmica, objetiva e instantânea.

3.1 Jornalismo radiofônico: compromisso de instantaneidade

O rádio é, ou pelo menos tenta ser, a mídia da notícia em tempo real, ao vivo. O fato chegando ao ouvinte no momento em que ele acontece. Esse mito da instantaneidade foi assumido pelo rádio e é largamente usado como estratégia na concorrência entre mídias nos últimos anos. Nas marcas de autorreferencialidade das emissoras de rádio, a virtude do imediatismo é uma constante. E mesmo que a tecnologia proporcione quase a mesma mobilidade hoje à televisão, o instantâneo ainda é uma característica do jornalismo radiofônico que não está sujeito, como o telejornalismo, a uma rígida e praticamente intransponível grade de programação.

Se nas emissoras de rádio que dão ênfase ao jornalismo um grave acidente, um assalto a banco, um início de rebelião numa pequena delegacia já é o bastante para a subversão da programação com seguidos flashes, entrevistas pelo telefone e boletins da redação a todo momento, na TV o funcionamento é outro. As notícias têm hora marcada e tempo definido. Tudo tem que caber no tempo líquido de um telejornal - independentemente da maior variedade ou complexidade da pauta do dia.

Como em outras mídias, no rádio os conceitos de acontecimento e sua publicização estão intimamente relacionados com noções como "fragmentos" do cotidiano, efemeridade da notícia e ação. Desde a pauta, o exercício do jornalismo no rádio, no entanto, tem um caráter bastante peculiar: no trabalho de construção da notícia, o repórter de rádio lida com o acontecimento geralmente ainda em processo. O rádio deve buscar noticiar não o ocorrido, mas o que está ocorrendo. Um misto de participante/testemunha/narrador, o repórter de rádio, nas transmissões ao vivo, tenta "presentificar" a notícia para o ouvinte com o acontecimento ainda se desenrolando. Na outra ponta, na recepção, age o ouvinte sobre a narrativa reconstruindo, a partir de suas experiências e imaginário, a "sua" história – um processo que assim se dá sendo a intervenção do repórter simultânea ou não aos fatos retratados.

Vale acrescentar que, mesmo se levando em conta o conceito de oralidade virtual (Meditich, 1997), a busca da construção do sentido pelo repórter, na sua intervenção ao vivo, está sujeita a uma série de coerções internas e externas ao processo da própria estruturação do texto. Sobre uma operação de síntese que o repórter ou redator faz sobre determinado conjunto de informações para dar-lhes a forma de uma nota, edição ou flash, há que se ter um tratamento adequado à oralidade radiofônica com a busca de ritmo, fluidez para o sentido e, por exemplo, expurgo de rimas e cacofonias. É a "oralidade virtual", de que fala Eduardo Meditsch. A coloquialidade é, no rádio, um artifício cuja função é criar uma situação de maior aproximação entre o público e o discurso oferecido à recepção. Uma oralidade arquitetada pelo jornalista, mesmo nas situações de improviso.

A diferença entre a espontaneidade produzida na fala natural e a espontaneidade autoconsciente produzida no rádio deixa clara a distância que existe entre o enunciado radiofônico e uma possível "naturalidade". A noção de naturalidade, porém, é / empregada na literatura técnica como antítese em relação à fala de base exclusivamente escrita que caracterizou o período histórico do locutor impessoal. (...) Mas a naturalidade que passou a ser perseguida como um valor pelos profissionais do rádio só pode ser comprada com aquela pretendida anteriormente pelo cinema, para distinguir a sua forma de representação dos modos exagerados de atuação no teatro desenvolvidos nos palcos. Além do "planejamento da fala espontânea", e do subtexto socializado, a comunicação radiofônica tem em comum com o audiovisual outra situação artificial: a presença de um espectador

desconhecido, um terceiro não participante das interações construídas. E que é para quem está efetivamente direcionada toda a fala produzida. A intencionalidade de audiência da fala é que justifica a situação comunicativa e, em função dela, a fala segue padrões convencionais, em grande parte compartilhados com esta audiência. (Meditsch, 1997: 12).

No rádio há uma maneira própria de se engendrar o processo de construção da notícia. Uma percepção fragmentada do que se pode entender como realidade – cortes afoitos e múltiplos no espaço-tempo – e aspectos limitadores no campo da escrita e da oralidade radiofônica definem como o rádio decide elevar alguns fatos à condição de “acontecimento mediático”,¹³ ou seja, aquilo que, por uma série de fatores, acaba sendo divulgado. Um processo seletivo que parece, geralmente, não obedecer a critérios nem muito rígidos e nem claros. Dramas individuais, pequenas ocorrências policiais, aberrações, notas de utilidade pública, reclamações contra o serviço público... o fato nem sempre – ou quase nunca – acompanhado do contexto. A informação radiofônica assume também, para o ouvinte, um caráter modalizador da experiência de mundo ao apropriar-se, mesmo que de maneira descontínua e desorganizada, da realidade. Conforme disse Adriano Rodrigues, constitui-se como um invólucro, um “envelope sonoro” que estabelece para o ouvinte um tipo diverso de experiência cotidiana.

Muniz Sodré em *Reinventando a cultura* discute a pretensa noção que diz ter o jornalista a respeito de informações e assunto que seriam de real interesse do público.

A noção de interesse – ou seja, o que é considerado de interesse público – é crucial para o produtor da notícia. No manejo desta noção realiza-se o poder de arbitragem do jornalista. Pesquisas realizadas por agências noticiosas já demonstram o profundo desacordo entre editores e leitores quanto aos assuntos de real interesse. Mas a ficção do “leitor-médio” (engendrada pelo arbítrio jornalístico), entidade tão abstrata quanto uma personagem romanesca, garante a continuidade da produção noticiosa. Para o código jornalístico, o interesse por um evento está em relação direta com a sua atualidade e sua significação social e em relação inversa com a “distância psicológica” entre o lugar do fato e o do leitor (o atropelamento de um homem em Nova York não

13. A noção de acontecimento midiático é desenvolvida por Elihu Katz no livro *Jornalismo: questões, teorias e estórias*, coletânea organizada por Néelson Traquina (1993).

interessa, em princípio, ao habitante do Rio de Janeiro). Mas o código permite a variação desse princípio dito de "proximidade", a depender do alcance (curto, médio ou longo) do meio de comunicação. Num meio que ultrapasse fronteiras, muda o critério seletivo dos fatos noticiosos. (Sodré, 1999: 140).

O pretense caráter de imediatismo do rádio sugere que o veículo possa trabalhar com os acontecimentos em "processo". Por isso mesmo, não é incomum que muitas das narrativas ou sejam extremamente resumidas ou não tenham a informação sobre o seu desfecho devidamente oferecida ao ouvinte que acompanhava o "caso". É um desafio para os jornalistas do rádio buscarem construir o que sempre foi a promessa da imprensa e que se originou no impresso: criar para o receptor a ideia de que o jornal que lhe é apresentado dá conta de informar-lhe sobre os principais acontecimentos do cotidiano, de restituir-lhe toda a realidade.

Uma das soluções que o rádio encontra para essa "reposição da realidade" é a abordagem instantânea, um tratamento sempre em um tempo presente para a notícia. O rádio fala não só do que está acontecendo, mas do que pode ocorrer. Por isso, no rádio são noticiáveis, por exemplo, "possibilidades de uma greve", "especulações sobre demissões", "riscos do fechamento de uma escola ou entidade", ou seja, a antecipação do acontecimento ou, pelo menos, a ênfase na probabilidade de sua ocorrência. Uma antecipação que ganha contornos de acontecimento e que, dentro do conceito de interdiscursividade, acaba chegando a jornais e tevês estabelecendo-se assim o chamado poder de "agendamento" da mídia. Cabe aqui o esclarecimento de que o rádio não é só origem mas também absorve especulações e possibilidades apontadas em outros meios. Mas é possível perceber que o radiojornalismo abriga com maior, digamos, generosidade, este tipo de pauta.

Com a mesma rapidez que um assunto vira notícia no rádio, ele também desaparece da pauta, "sin que merezca citación ni revitalización". A observação está em La construcción de la noticia (Alsina, 1989). Citando estudo comparativo entre notícias radiofônicas e do jornalismo impresso, Miquel Rodrigo Alsina diz ainda que mais presentes no rádio estão as notícias que têm capacidade de se renovarem e apresentar alguma evolução a cada hora. Outra conclusão é que a informação radiofônica se baseia no instantâneo e que a informação nos jornais é menos efêmera que a do rádio. O rádio abordaria ainda um leque de temas mais restrito do que

prática o jornalismo impresso e, finalmente, que são sempre maiores os riscos a que o radiojornalismo está sujeito: "Por su rapidez, es posible que la información radiofónica sea incierta y cambiante, lo que da lugar a varias rectificaciones y desmentidos".

3.2 Radiojornalismo e rádios informativas

McLuhan (1974) percebeu cedo que o rádio foi tangido pela TV a uma nova função social. McLuhan compreendeu que o rádio, com o surgimento da televisão, perdeu muito da força da programação de entretenimento e passou a investir na informação e na prestação de serviço. O autor já na década de 1960 não se prendeu à ideia de que o jornalismo teve seu espaço ampliado no rádio em função de novas demandas, pela competição com a televisão etc. McLuhan viu que o potencial informativo do rádio estava além do próprio jornalismo radiofônico, mostrava-se um poder de "colagem" do ouvinte à realidade, ao seu cotidiano.

Um dos muitos efeitos da televisão sobre o rádio foi o de transformá-lo de um meio de entretenimento numa espécie de sistema nervoso de informação. Notícias, hora certa, informações sobre o tráfego e, acima de tudo, informações sobre o tempo agora servem para enfatizar o poder do rádio de envolver as pessoas umas com as outras. (McLuhan, 1974: 223).

A ideia do rádio como um "sistema nervoso de informação"¹⁴ foi apresentada por Eduardo Meditsch. O autor propõe uma distinção nos tipos de rádios e as formas como elas se utilizam da informação e da notícia. Para Meditsch, o termo radiojornalismo remete, inevitavelmente, ao conceito de jornalismo, próprio da mídia impressa. Por isso, a noção de radiojornalismo "obscurece as diferenças estabelecidas nessa mutação", que, no caso, referem-se às alterações de linguagem e adaptações percebidas nas últimas décadas no tratamento que o rádio passou a dar à notícia e à informação em geral.

A definição aqui proposta de rádio informativa acompanha esta ideia de um alargamento e de uma transformação ocorridos no campo jornalístico. A simples transposição da prática jornalística dos meios

14. Meditsch retoma a noção de McLuhan de um sistema nervoso externo, descrito em "Os amantes de gadgets".

impressos para a rádio, num primeiro momento, sofreu modificações qualitativas com a sua adequação ao novo meio, num processo que vem se dando ao longo da história. As possibilidades de uso da rádio como meio de informação, em domínios inalcançáveis pela palavra impressa, tornaram insuficiente a delimitação do gênero jornalístico moldada sobre uma base material que não é sua. A rádio informativa fala de coisas que anteriormente não eram notícia (a hora certa, por exemplo), e revoluciona a ideia da reportagem com as transmissões ao vivo. Aprofunda e contrapõe ideias e opiniões com facilidade e orienta as massas urbanas como o cão de um cego. Põe em contato os mais remotos sítios do interior e concede espaço para o receptor se manifestar como nenhum outro meio. É um serviço quase sempre gratuito, que não toma o tempo e nem monopoliza a atenção do público. E é assim, mesmo sem a palavra escrita e sem as imagens, suportes que, para muitos, parecem esgotar todo o mundo da informação de nosso tempo. Por isso, requer uma nova conceptualização que dê conta de sua amplitude e especificidade. (Meditich, 1999: 21).

Foi uma longa trajetória para o rádio até a "superação eletrônica do gênero gráfico" e a constituição de um jornalismo sonoro. Eduardo Meditsch diz que já em 1926, na Bélgica, surgiram as primeiras normas de redação para rádio. Mais ainda que o conceito principal, já na época estabelecido por Theo Fleischmann, era a de que "a escrita para rádio deveria ser guiada pela disciplina do laconismo" – uma concepção de linguagem que está vigendo oitenta anos depois para o radiojornalismo em todo o mundo.

O radiojornalismo, como ainda pode ser percebido hoje em algumas emissoras, guarda um pouco do que foi sua origem, ou seja, a referência do suporte do jornalismo impresso. Do uso de termos de jornais como lide, retransca, pauta etc. à própria maneira de "cadernização" (definição dos blocos por notícias em editorias de locais, nacionais, esporte, internacionais etc.) dos "jornais-falados" que tenta dar uma ordem à forma de sequenciamento das notícias, o jornalismo radiofônico parece viver, ainda em alguns casos, preso a uma lógica que não é a do rádio, ou seja, da constituição de um jornalismo genuinamente sonoro.

3.3 Construção da linguagem radiofônica

No radiojornalismo, a voz é um dos elementos que ajuda na construção da credibilidade. "Uma voz firme e, geralmente, em tom mais grave, tende a ampliar o grau de confiabilidade entre o ouvinte e o jornalista. A narração

de uma notícia torna a experiência mais pessoal, cria um diálogo mental entre o emissor e o ouvinte". (Ortrivano, 1985, p. 80). A voz também é indicial, pois, muitas vezes, de imediato, identifica para o ouvinte a emissora sintonizada. Quanto ao relato jornalístico, evidencia também que o locutor/repórter assume a veracidade da informação. No capítulo anterior, na recuperação histórica acerca da linguagem radiofônica, ficaram evidentes quatro momentos: as décadas de 1920 e 1930, início do rádio no Brasil, marcado pela leitura de textos presentes em jornais impressos; as décadas de 1940 e 1950, início do radiojornalismo e construção de uma linguagem própria; as décadas de 1970 e 1980, fase em que a programação radiofônica sofre transformações em decorrência da televisão; e os anos 1990 até os dias atuais, marcados pelo surgimento de emissoras voltadas para a transmissão exclusivamente de notícias: as redes *all news*.

Segundo Balsebre (1994), quatro sistemas expressivos compõem a linguagem radiofônica: palavra, música, efeitos sonoros e silêncio. Combinados, estes elementos permitem o entendimento final da mensagem. Na visão de Ferrareto (2000), música, efeitos sonoros e silêncio operam no nível do inconsciente enquanto a palavra visa ao consciente.

Para Meditsch (1997), o uso da voz no rádio cria o subtexto. Segundo o autor, "a curva melódica, o ritmo, as ênfases tônicas utilizadas repetidamente constituem códigos que permitem aos ouvintes situar imediatamente o texto da fala". (Meditsch, 1997, p. 7). No radiojornalismo, a voz assume papel importante na construção da enunciação jornalística, na construção da credibilidade, e também características como a instantaneidade e integração.

Nos estudos da produção radiofônica, devem-se também observar elementos que podem construir, acrescentar, modificar ou ampliar o sentido de um texto radiofônico. McLeish (2001) destacou como importantes a postura, projeção, ritmo, volume, pausa, pronúncia e personalidade. Nesta pesquisa, no capítulo final não será analisado apenas o elemento postura, já que os arquivos são de áudio. O elemento personalidade ganha relevância neste estudo auxiliar no entendimento da construção da credibilidade do âncora.

A utilização desses elementos, ao longo de mais de sete décadas, sofreu alterações caminhando para a busca de uma locução que se aproximasse mais de uma postura dialógica – sugerindo uma conversa natural com o ouvinte. A voz neutra tornou-se menos eficiente para envolver o ouvinte. Ao

se tornar um veículo de massa, o rádio perdeu o tom elitista inicial. As novas tecnologias, a presença do repórter no local do acontecimento, a adoção da prestação de serviços também contribuíram para aproximar o locutor do ouvinte, adotando uma linguagem mais próxima da oralidade, mesmo que ensaiada. Por fim, o *all news* vem confirmar a personalidade, elemento destacado por McLeish (2001) como construtor do sentido na linguagem radiofônica, como um dos mais importantes neste novo segmento.

Ainda sobre a fala do âncora é importante observar que algumas características do rádio percebidas, muitas vezes, como verdadeiras, tais quais oralidade e espontaneidade, são artificiais. A observação é feita por Meditsch (1997), que utiliza a análise da conversação, de Erving Goffman, para alertar para o que considera uma oralidade 'falsa' do rádio e explicar que ela é construída e apoiada em três bases: da recitação de um texto memorizado, da leitura de um texto ou números não memorizados e da fala de improviso ou instantânea.

Meditsch (1997) procura ainda desmitificar o que seria a espontaneidade da fala no ambiente radiofônico. Para o autor, a competência exigida de um profissional de rádio exige não somente a capacidade de manejo da fala nas diversas bases apontadas, mas também na sua combinação, de forma a que o produto final se torne fluente, ocultando o esforço de produção por uma aparência de espontaneidade. No entendimento de Meditsch, a espontaneidade da fala ao microfone do rádio distingue-se assim por ser espontaneidade planejada.

Além do planejamento da fala, do subtexto socializado, expresso na modulação da voz do locutor, outro elemento que contribui para a artificialidade é a presença do espectador para quem é direcionada a fala. Uma fala pautada pela audiência e, portanto, direcionada.

A proposição de Meditsch (1997) pode contribuir para melhor compreender que algumas das características da fala radiofônica, mesmo que deem ao ouvinte a impressão de uma coloquialidade espontânea, são, na verdade, arquitetadas, pode-se dizer mesmo artificiais. Ainda em relação ao período mencionado em que se observou o *Jornal BandNews* (8 a 12 de agosto de 2011), percebe-se que a plasticidade acústica (vinhetas, trilhas e mesmo locuções de outros 'participantes' do programa) contribui para construir um ambiente de objetividade informativa e que a subjetividade é tecida pelas representações que o narrador faz de si. Embora parametrizada por pretensos valores de objetividade e isenção, a narração do âncora

possui inequívocas características peculiares, ao instituir-se como mediação e interconexão entre distintos campos sociais.

Sobre o papel do âncora, não se deve esquecer de que existe, sim, uma atuação marcada pela postura, modulações da voz e tons adotados. Na prática, o jornalista representa o âncora. O profissional que ouvimos por duas horas, todos os dias, no mesmo dial, é ao mesmo tempo ator e jornalista. Após o término do jornal, ele se despe da entonação, do carisma e de todos os recursos utilizados durante a apresentação e retorna a outra rotina. A rotina de participar do processo de confecção do jornal, acompanhar a evolução das notícias, avaliar conteúdo, sugerir pautas e avaliar a necessidade de dar prosseguimento a determinados assuntos.

3.4 As especificidades da notícia no rádio

A redação da notícia radiofônica – mesmo uma pequena nota informativa – não se limita aos procedimentos de caráter textual. Mesmo o redator que não fala ao microfone tem de escrever pensando que aquele texto será “ouvido” pelo receptor. Daí que, entre os jornalistas que atuam no rádio, é tido como uma virtude o hábito de se fazer a revisão do texto lendo-o em voz alta. Os riscos de cacofonia e de rimas sempre existem. É, com certeza, um dos grandes diferenciais da técnica jornalística na mídia eletrônica.

Toda a técnica da redação radiojornalística – com seus manuais e guias – determina que os jornalistas de rádio devem escrever com objetividade, clareza, concisão e simplicidade. O preceito tem suas justificativas. O ouvinte – que conta apenas com o áudio – não pode ser sacrificado com um texto com excesso de palavras e estruturas frasais complexas que dificultem o entendimento. Sem a sustentação gráfica da escrita e o apoio da imagem, o rádio deve dizer, repetir e confirmar. Se no jornalismo impresso e mesmo na tevê a luta diária do repórter é pelo texto criativo e sedutor, no rádio o desafio primeiro é fazer-se entender. É “prender” o ouvinte para que ele fique atento e assimile a notícia na sua inteireza. Estas são algumas das estratégias discursivas de que o rádio tem que se valer para atingir o objetivo de possibilitar a compreensão da notícia. Mais do que levar em conta o receptor imaginário (e sua provável condição socioeconômico-cultural), o jornalista de rádio sabe que a linguagem radiofônica lhe impõe limitações na tessitura de notícias e de reportagens. Limitações que, de

uma maneira ou outra, vão interferir neste produto final – seja pela extrema sintetização, seja pela busca de determinado efeito estético no “falar” a notícia, seja na condução de uma entrevista. O jornalista de rádio é, antes de tudo, um marcador de contextos comunicativos. Sua voz é meio, mas também é indicial porque revela as condições em que a notícia se dá. Assim, a transmissão ao vivo, por exemplo, de um grave acidente, inevitavelmente levará o repórter a uma locução mais vibrante já que cabe a ele recriar para o ouvinte essa “ambiência” do fato.

Tomando a notícia como resultado de um processo de busca e designação (Neto, 1996), percebe-se que no rádio a construção da notícia se dá em parâmetros distintos. O rádio, muitas vezes, transmite o fato durante o seu desenrolar, o que faz com que a informação seja transmitida de maneira imprecisa e inconclusa. Mais que isso, impõe ao repórter radiofônico sempre uma possibilidade maior de erro. Risco que é comumente ampliado diante da exigência das emissoras radiofônicas de noticiar antes que as concorrentes, além do fato de que os próprios jornalistas parecem colocar a instantaneidade acima da correção, quando não da ética.

Philip Schlesinger, em seu trabalho “Os jornalistas e sua máquina do tempo”, fala sobre o caráter fetichista do conceito de tempo para os jornalistas, principalmente os de rádio e TV. O autor aponta uma relação sistemática entre os conceitos de tempo, que fazem parte do conhecimento profissional do jornalista, e as exigências que surgem da sua dinâmica do trabalho. “Mas o conceito de tempo do jornalista”, diz Schlesinger, “é mais do que uma simples resposta aos constrangimentos colocados pelo ciclo de produção do sistema noticioso. Tem um caráter fetichista. O imediatismo é visto como uma verdadeira virtude.”

A condição do vivo colocou a instantaneidade para o rádio como uma obrigação. Não importam distância e acessibilidade – decisivas para se chegar à notícia. Cabe, principalmente, ao rádio informar o ouvinte sobre o que está acontecendo no momento. É interessante perceber como existe ainda essa associação do rádio com o imediatismo, apesar de a velocidade da informação já estar avançando bastante no jornalismo on-line, com os sites noticiosos já atingindo uma rapidez que pode ser considerada surpreendente no tempo entre o acontecimento e sua informação – mesmo que boa parte dessas informações tenha como origem o próprio rádio ou a televisão, que desde o final da década de 1970 conseguiu, a partir dos avanços tecno-tecnológicos, uma melhor solução para a informação de

caráter imediato. Mas, como já foi dito, essa busca da instantaneidade tem um preço: o risco de erros muitas vezes graves e prejudiciais aos envolvidos na notícia e aos ouvintes.

O jornalista Heródoto Barbeiro, âncora da CBN-SP e que apresenta o Jornal da CBN, questiona a ideia de que a notícia no rádio é marcada pela superficialidade, o que ele considera ser um preconceito contra o Radiojornalismo. Para Heródoto Barbeiro, é certo que a técnica da redação impõe algumas limitações ao repórter e ao redator do radiojornalismo, mas que há outras formas que possibilitam ao jornalista buscar um aprofundamento na produção da notícia:

O jornalista que trabalha em rádio precisa aprender a ser didático, ou seja, explicar aqueles termos e situações que as pessoas, ao ouvirem, podem ter dificuldade de entender. O rádio tem que aprender a escrever um texto que atinja ao mesmo tempo, por exemplo, um trabalhador com pouca instrução e um universitário ou um empresário. O fato de se escrever de uma forma fácil não quer dizer que se vai adotar uma linguagem chula ou de determinadas "muletas" que o radiojornalismo utiliza hoje. Creio que é necessária mesmo uma reforma, que inclua uma postura mais didática do repórter ou redator. Não creio que seja necessária qualquer diferenciação na forma de redação de textos em função de perfis distintos de ouvintes. Entendo que a maneira que você escreve para o público NB deve ser a mesma para as outras camadas. Não creio que, no texto de radiojornalismo, exista também qualquer diferenciação entre rádios AM e FM. Nesse caso, trata-se mais de uma questão de conteúdo, da seleção das notícias que interessam aos públicos dessas emissoras. Mas a forma de redação do texto radiojornalístico é a mesma. (Entrevista concedida a Mozahir Salomão).

O jornalista da CBN rebate as críticas de que o jornalismo no rádio seja marcado por uma superficialidade no tratamento da notícia. Heródoto Barbeiro diz que no rádio a notícia tem a extensão e a profundidade que ela merece, definidas pela técnica do próprio radiojornalismo. Mas isso não significa que o tratamento dispensado pelo rádio ao assunto será superficial.

Dizer que o rádio é superficial é uma generalização. O problema é que as pessoas ouvem muitas emissoras de rádio que não têm pessoas gabaritadas trabalhando. Então essas rádios não fazem jornalismo. Elas se travestem de jornalismo. Isso acaba respingando em todos que

querem fazer um jornalismo sério. Em relação à técnica, um texto, por exemplo, que um repórter ou redator faça sobre a CPI do precatório dá uma informação de momento – um aspecto daquele assunto. Mas cabe perfeitamente no rádio uma entrevista que pode durar cinco ou dez minutos que, com certeza, não será superficial. O rádio permite, sim, uma profundidade suficiente para entender o tema de que se trata e, o mais importante, para que o ouvinte possa formar opinião a respeito deste mesmo tema, ou seja, desenvolver o seu espírito crítico. O que a gente, infelizmente, observa é que a maioria esmagadora produz este tipo de “jornalismo” descomprometido com a notícia e com o contraditório. Eu creio que boa parte do desprestígio do rádio seja reforçada muito por isso. Porque muitas dessas emissoras são fruto de barganha política e as pessoas não estão lá preocupadas em fazer jornalismo. Estão lá preocupadas em instrumentalizar o veículo, em fazer desta ou daquela situação política. (Entrevista concedida a Mozahir Salomão).

Heródoto Barbeiro chama a atenção para um ponto grave que afetou estruturalmente, nas últimas décadas, o rádio brasileiro: o perfil do concessionário. Muitas das concessões para o funcionamento de emissoras de rádio no Brasil foram dadas atendendo a interesses políticos. Já no final do governo João Baptista Figueiredo e, depois, no governo José Sarney, houve uma distribuição maciça e nada criteriosa de canais de rádio e televisão. No caso do governo José Sarney, o então presidente usou as concessões de emissoras como moeda de barganha política para obter no Congresso Nacional a aprovação de mais um ano de mandato para seu governo.

No governo Figueiredo, por exemplo, duplicou-se o número de emissoras em funcionamento. José Sarney conseguiu superar seu antecessor e transformou-se num campeão na distribuição de canais durante o período crítico da disputa na Constituinte, quando estava em jogo a duração do Presidente da República. De 1985 a 1989, Sarney autorizou o funcionamento de 632 FMs e 314 AMs. Somente no período de novembro de 1987 a setembro de 1988, concedeu, em média, 32 FMs por mês. Em ritmo acelerado, 70% das frequências e canais disponíveis foram ocupados, o que implicou, em algumas cidades e capitais, praticamente no esgotamento do espectro. (Del Blanco, 1996: 35).

Como não dizer, então, que o perfil do concessionário é um grave problema estrutural do rádio brasileiro? Com outras intenções que não a de fazer um rádio formativo, prestador de serviço, interessante e, principalmente, um negócio lucrativo do setor de comunicação, o

concessionário pouco investe. Não se preocupa com um jornalismo sério e independente, uma programação de qualidade e educativa, em contratar profissionais qualificados... quer apenas usar o rádio para seus fins eleitorais ou religiosos. Das cerca de 3500 rádios no Brasil, a maioria pode ser considerada de portes pequeno e médio. São essas rádios, espalhadas principalmente pelo interior do país, que só recebem atenção dos proprietários em ano eleitoral, no caso dos políticos. Para fazer da rádio um palanque eletrônico, o político contrata pessoal, equipamentos novos, carro de reportagem, distribui prêmios... Passadas as eleições, geralmente a emissora volta a hibernar por mais três anos, funcionando com o trabalho de quatro ou cinco pessoas que fazem de tudo na emissora. Já algumas emissoras de cunho religioso têm até um nível de investimento técnico razoável, mas transformam o dial em um verdadeiro púlpito eletrônico com um excesso de bênçãos, curas, arrependimentos – um verdadeiro festival de catarses que em nada contribui para a comunicação.